



**Poder Legislativo**  
**Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas**  
**COMISSÃO DE DEFESA E PROMOÇÃO DOS DIREITOS**  
**DE CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JOVENS.**



ASSEMBLEIA  
LEGISLATIVA  
DO ESTADO DO  
AMAZONAS

PARECER Nº \_\_\_\_/2017  
PROJETO DE LEI Nº: 13/2015  
PROPONENTE: Deputado Orlando Cidade  
RELATOR: Deputado Carlos Alberto

**INSTITUI** a política de incentivo à permanência de jovens e adultos no meio rural, através da qualificação da oferta educacional e dá outras providências.

**I – RELATÓRIO:**

A presente propositura de autoria do deputado Orlando Cidade que *“Institui a política de incentivo à permanência de jovens e adultos no meio rural, através da qualificação da oferta educacional e dá outras providências”*.

O projeto que já tramitou nas Comissões de Constituição e Justiça; e Finanças Públicas, Agricultura, Pecuária, Pesca, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, onde os aspectos constitucional, legal, jurídico e regimental contidos foram analisados, recebendo parecer favorável das respectivas Comissões, e vindo aos autos da Comissão de Promoção e Defesa dos Direitos de Crianças, Adolescentes e Jovens o qual avoquei para emissão do parecer.

Passo emitir o parecer

É o relatório.

**II – FUNDAMENTAÇÃO:**

A referida propositura do ilustre parlamentar Deputado Orlando Cidade, que **INSTITUI** a política de incentivo à permanência de jovens e adultos no meio rural, através da qualificação da oferta educacional e dá outras providências.



**Poder Legislativo**  
**Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas**  
**COMISSÃO DE DEFESA E PROMOÇÃO DOS DIREITOS**  
**DE CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JOVENS.**



ASSEMBLEIA  
LEGISLATIVA  
DO ESTADO DO  
AMAZONAS

Vale ressaltar a importância da presente proposição no sentido de dar condições para que os jovens permaneçam no meio rural, criando mecanismos que garantam qualidade de vida, emprego e renda. O conteúdo do referido projeto mostra a importância da capacitação dos jovens como também a sua permanência no meio rural, evitando o êxodo rural, minimizando assim, os riscos do aumento dos bolsões de miséria na capital.

Sendo que o êxodo Rural é considerado um dos maiores problemas sociais encontrado no país e vários fatores tem sido preponderantes para isso, um deles, certamente, é a ausência de Políticas de Incentivo à Permanência no meio Rural. A ideia do referido projeto em buscar através da “Qualificação da Oferta Educacional vem de encontro com a lei Lei 12.852/2013- Estatuto da Juventude em seu artigo:

*Art. 7º O jovem tem direito à educação de qualidade, com a garantia de educação básica, obrigatória e gratuita, inclusive para os que a ela não tiveram acesso na idade adequada.*

*§ 5º A Política Nacional de Educação no Campo contemplará a ampliação da oferta de educação para os jovens do campo, em todos os níveis e modalidades educacionais.*

Nesse sentido, o referido projeto de lei defende a criação de uma política específica para os jovens com qualificação técnica e garantia do acesso à educação; o que contribuirá para que esses jovens permaneçam em seus territórios, de onde têm saído por falta de oportunidades.

### **III-VOTO**

Diante do exposto, e por não haver nenhum óbice quanto ao mérito desta Comissão manifesto-me **FAVORÁVEL** ao Projeto de Lei 13/2015, de autoria do Deputado Orlando Cidade.

**SALA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JOVENS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS, EM MANAUS 13 DE DEZEMBRO DE 2017.**

  
**CARLOS ALBERTO**  
Deputado Estadual- PRB



ESTADO DO AMAZONAS  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

A Comissão *de Defesa e Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes e Jovens.*

por \_\_\_\_\_ de

votos *Aprovou* o Parecer

*Favoreceu* do Relator

Em *13* / *12* / *2017*

*Antônio Alves:*  
PRESIDENTE

*Antônio Alves:*  
RELATOR

*[Handwritten signature]*